



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

GNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 037/2025 **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ementa: Regulamenta, no âmbito do município de Chapada Gaúcha, a lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

I RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 037/2025, de autoria da Vereadora Luana Silva, que "Regulamenta, no âmbito do município de Chapada Gaúcha, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública".

Distribuído à comissão competente nos termos regimentais, o projeto é analisado por meio deste parecer.

II CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

Passando à análise acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei nº 037/2025, verifico que o disposto na proposição, com as emendas sugeridas, está em conformidade com o que determina a Carta Constitucional de 1988, uma vez que adstrito aos limites de sua competência, como passa a demonstrar.

A Constituição estabelece em seu art. 30, inciso I, que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a complementação de normas federais gerais, como a Lei Anticorrupção, para atender peculiaridades municipais, sem invasão à competência da União para editar normas gerais (art. 22, inciso I, CF/88). Inexistência de invasão de competência legislativa da União, pois a competência da União cinge-se à edição de normas gerais sobre a matéria. Assim, compete aos Estados e Municípios legislar de forma complementar, de modo a atender às particularidades locais.



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

Ademais, a aplicação dos princípios constitucionais da transparência e da publicidade possibilita o conhecimento e o controle social dos atos administrativos. Trata-se, portanto, de mera regulamentação do formato de publicidade das contratações e licitações realizadas no âmbito municipal. A transmissão de licitações por meio digital configura-se como mais um elemento a assegurar a transparência e o controle social sobre os atos administrativos. Prestigia-se, assim, os princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da publicidade, da legalidade e da moralidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Ao estabelecer tal procedimento, não há apenas a facilitação do acesso da população às informações, promovendo um ambiente de fiscalização mais acessível e democrático, mas também o auxílio à prevenção de eventuais práticas ilícitas. Reforça-se, com isso, o compromisso com a eficiência e com a impessoalidade, ao possibilitar um acompanhamento público e transparente de cada etapa do processo.

Inexistência de violação à separação dos Poderes (art. 2º, CF/88), pois não há qualquer disposição tendente a alterar a estrutura ou a organização de órgãos da Administração municipal, ou alterar o regime jurídico dos servidores do Executivo. Há, de fato, apenas a regulamentação da publicidade das licitações realizadas no âmbito municipal.

Verificou-se que o projeto, em sua essência, busca promover a integridade na administração pública local, alinhando-se aos princípios de moralidade, eficiência e probidade administrativa, com foco no combate à corrupção e na proteção do erário municipal.

Contudo, observa-se que determinados dispositivos do projeto detalham excessivamente o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), como aqueles relativos à instauração, condução, composição de comissões e aplicação de sanções (ex.: arts. 8º a 21 da Lei nº 12.846/2013 adaptados localmente), o que pode configurar interferência na organização administrativa interna do Executivo, reservada ao Prefeito por simetria com o art. 61, §1º, II, "e", da CF/88 e art. 12, IV, da Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

Para sanar tais vícios potenciais, sugere-se a apresentação de emendas supressivas. Suprima-se os artigos que regulamentam detalhadamente o PAR, especificamente aqueles que dispõem sobre a criação de comissões processantes, prazos internos de instrução e julgamento administrativo (ex.: equivalentes aos arts. 8º a 14 do projeto original), preservando-se apenas as disposições gerais sobre atos lesivos, princípios de integridade e obrigações de transparência em contratações públicas. Bem como, suprima-se qualquer dispositivo que imponha obrigações específicas de estruturação de órgãos ou designação de servidores para o PAR, transferindo tal regulamentação para ato do Executivo Municipal, conforme art. 84, VI, da CF/88 por simetria.

Com tais emendas, o projeto adequa-se plenamente ao ordenamento, removendo eventuais antinomias e respeitando a iniciativa privativa do Executivo para matérias de organização administrativa.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão opina pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do Projeto de Lei nº 037/2025, com apresentação de emendas supressivas para adequação.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2025.

Vicente Gonçalves de Almeida

Relator